

Discurso em Homenagem ao Dia Internacional da Mulher

*Roberta Rosa Ribeiro**

O dia 8 de março é o Dia Internacional da Mulher, momento em que se celebra as conquistas femininas ao longo dos últimos séculos, mas, principalmente, é um momento de perceber a necessidade de continuidade da luta das mulheres para o enfrentamento dos graves problemas decorrentes da desigualdade de gênero que persistem em todo o mundo.

O Dossiê Mulher elaborado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado do Rio de Janeiro apontou um triste cenário em que se registrou no último ano (2022), o número recorde de 110 feminicídios, o maior da série histórica que se iniciou em 2016, ou seja, em nosso Estado uma mulher foi morta a cada três dias.

A luta das mulheres é pelo direito de exercer aquele mais básico, o direito à vida, direito à liberdade de permanecer ou não em um relacionamento, o direito de andar pelas ruas sem receio de ser vítima de uma violência sexual, de não ser morta ou violada pelo simples fato de ser mulher, porque algum homem entende, que tem o direito sobre sua vida ou morte.

Diferentemente de outros estados brasileiros, no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro somos maioria, como também somos em nossa associação, portanto, realizamos esta singela homenagem em reconhecimento ao papel desempenhado pelas mulheres associadas, procuradoras e promotoras de Justiça, na ativa e aposentadas, dependentes, pensionistas, todas responsáveis pelo lugar de destaque em âmbito nacional ocupado por nossa instituição em razão do primoroso trabalho desenvolvido.

Somos muitas, somos diversas, talvez muitas de nós não vivenciem ou não percebam a opressão decorrente da desigualdade de gênero, mas todas sabemos que ela existe em nossa sociedade com diferentes contornos provenientes de questões transversais como raça, idade, deficiência, classe social.

O Conselho Nacional do Ministério Público, em levantamento realizado junto aos diversos ramos do Ministério Público, constatou a ausência de equidade na participação feminina em cargos de mando e de decisão, expedindo, portanto, a Recomendação nº 79, de dezembro de 2020, a qual propõe a criação de programas e ações sobre gênero e raça, que promovam práticas de gestão de pessoas e de cultura organizacional, que enfrente este grave problema, como, por exemplo, o fomento a participação feminina em funções de chefia, comissões e bancas examinadoras de concurso de ingresso, cursos de ingresso e vitaliciamento e de formação continuada, bem como em eventos institucionais e na representação institucional do Ministério Público.

A pauta específica de nossas associadas mulheres continuará a ser prioridade na atual gestão, tendo em vista o reconhecimento de que as desigualdades históricas, sociais, culturais, jurídicas e políticas entre homens e mulheres integram a história de nosso país, contribuindo para uma assimetria de poder entre homens e mulheres, que repercute negativamente na nossa instituição e no exercício de nossas funções.

A criação do Fórum de Gênero e Raça, que atualmente coordeno, é uma tentativa de criar um espaço, que tenha um olhar atento às demandas de nossas associadas, sabendo que ainda precisa ser aprimorado para responder às questões trazidas pela agenda nacional desenvolvida pela Coordenação de Mulheres da Conamp, onde auxiliamos na construção de estratégias para romper, conscientizar e desconstruir a cultura machista, sexista e patriarcal, que ainda subsiste na sociedade e, portanto, em nossa instituição.

Neste mês de março, também marcamos no calendário o dia 21, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. Apesar sermos poucas mulheres negras em nosso Ministério Público, existimos e resistimos a mais uma forma de opressão, em razão de nossa cor, portanto, o nosso olhar sempre será interseccional, pois sabemos que a nossa vivência é diversa da maioria de nossas colegas brancas, não negras, que muitas vezes não compreendem as nossas dores.

Portanto, convido a todos e todas a participar do evento, que realizaremos na próxima segunda feira, onde teremos a oportunidade de não apenas refletir sobre os efeitos nefastos, que decorrem do nosso passado escravocrata e nosso presente racista, mas também pensar em ações, que podemos empreender para combater este grave problema social, pois todos e todas somos responsáveis pela solução.

Viva as mulheres do nosso Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro! Seguimos juntas na luta pelo fim de todas as formas de opressão. Muito obrigada.

** Promotora de Justiça e coordenadora do Fórum de Raça e Gênero da Amperj.*

Discurso lido na solenidade de posse da Diretoria e Conselhos Consultivo e Fiscal da Amperj para o biênio 2023-2024, em 10 de março de 2023, no Convento do Carmo.